

# **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS, O TECNICISMO E A PEDAGOGIA DE RESULTADOS**

Andréa Villela Mafra da Silva

## **RESUMO**

Os principais aspectos abordados no texto tratam das políticas educacionais no Brasil, especialmente, as políticas de formação de professores que por um lado estão fundamentadas numa visão tecnicista, a partir dos conceitos de qualidade na educação, competências e habilidades, e por outro, centradas em propostas de ensino que valorizam o uso intensivo das tecnologias na escola. O objetivo é caracterizar os discursos presentes nas políticas educacionais que favorecem o uso intensivo das TIC e o quanto estas políticas remetem ao paradigma tecnicista dos anos setenta. Metodologicamente, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A conclusão é que as propostas oficiais de formação de professores partem da dimensão acadêmica para a dimensão pragmática, colocando a ênfase nas competências e habilidades dos professores e alunos para atingirem as metas e os resultados pré-estabelecidos. Outrossim, o uso intensivo das tecnologias na educação configura a sua hegemonia no primado da dimensão técnica.

*Palavras-chave:* Políticas Educacionais. Tecnologia. Tecnicismo.

## **INTRODUÇÃO**

Reporto-me à política atual de formação de professores do Ministério da Educação (MEC), em que encontro os seguintes princípios: deve ser contínua e deve somar pontos no plano de carreira; requer atividade reflexiva permanente do professor; deve articular a prática docente com a formação inicial e com a produção acadêmica desenvolvida na universidade e deve ser realizada, inclusive, no cotidiano da escola em horários reservados para a formação. Em linhas gerais, a concepção de formação de professores sustentada pelo MEC está relacionada a reelaboração teórica da prática cotidiana. Desse modo, o MEC confere à formação inicial um papel central na atividade profissional tendo como referência a prática cotidiana e o conhecimento teórico (BRASIL, 2005).

Contudo, numa perspectiva histórica, em qualquer estudo sobre políticas educacionais pressupõe-se ser indispensável recuperar o contexto em que essas foram forçadas. A história da Educação Brasileira registra, já na década de setenta, a configuração de um discurso pedagógico atrelado aos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. A pedagogia tecnicista estruturava o processo educativo numa perspectiva objetiva e operacional, com destaque para os inúmeros enunciados que proliferavam no âmbito dos discursos educacionais. Como sinalizam Barreto, Leher e Nogueira (2004), apoiadas em Houston (1974), nesta tendência, a defesa era a “substituição da estrutura curricular da formação dos professores, posta como uma formação baseada em experiências acadêmicas, pela estratégia de formação baseada em competências (FBC).”

Parto do pressuposto de que há uma retomada do tecnicismo, consistindo numa maximização da utilização dos recursos de todos os tipos e da produtividade propiciada pela racionalização do trabalho e do controle sobre ele (FREITAS, 1992, 1995, 2012; KUENZER, MACHADO, 1982, p. 39). Trata-se de uma reconfiguração do discurso pedagógico a partir de uma articulação entre as TIC, o tecnicismo e a pedagogia de resultados que padroniza os saberes e define as questões de ensino.

## **1 As Atuais Políticas Educacionais no Brasil**

O uso intensivo das TIC na educação aparece nas formulações das políticas educacionais implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, como uma estratégia de democratização de acesso ao ensino. Como exemplo, no âmbito da política de formação de professores a maior parte das iniciativas foi centrada nas estratégias de educação a distância. A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006, teve como objetivo promover a formação inicial e continuada de professores por meio de metodologias de educação a distância.

Lacé (2014) na tese intitulada *Universidade Aberta do Brasil (UAB): das origens na ditadura militar ao século XXI*, analisa a gênese e o desenvolvimento da Universidade Aberta no Brasil, que resultou na implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil – Sistema UAB, no primeiro governo de Lula da Silva (2003-2006).

A autora afirma que a implementação da UAB foi motivada pela pressão dos grupos de interesses que desejavam expandir seu campo de atuação, também, para a modalidade de educação a distância. Lacé (2014) aponta que o mesmo grupo que elaborou o projeto que criava a Universidade Aberta, incentivou a necessidade de se criar uma “Política Nacional de Educação a Distância”. Nesse sentido, a partir da década de 1990, a Educação a Distância foi assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação.

Para abordar o encaminhamento do Plano Nacional de Educação (PNE), que se encontra em vigor para os próximos dez anos (2011-2020) vou me ater à menção dos pontos principais das ações que incidem sobre a educação básica: a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade de ensino; a formação para o trabalho; a promoção da sustentabilidade socioambiental; a promoção humanística, científica e tecnológica do país; o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; a valorização dos profissionais da educação; a difusão dos princípios de equidade, o respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 2011).

Davies (2014) destaca a fragilidade do PNE que se encontra em vigor já que não houve uma avaliação do PNE anterior (2001-2010), cujas 295 metas propostas agrupadas em cinco prioridades não foram cumpridas em sua maioria. Os aspectos centrais do Plano Nacional de Educação foram amplamente discutidos no Coletivo de Estudos Marxistas em Educação (COLEMARX) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Os estudos empreendidos pelo COLEMARX apontam que as políticas de formação de professores propagam as competências desejadas pelo capital estabelecendo meios de controle e sistemas padronizados de educação. Os argumentos presentes no PNE sobre a formação do professor consolidam uma visão tecnicista centrada nos conceitos de qualidade na educação, competências e habilidades. A ideia da organização técnica, com base em habilidades, transforma o trabalho do professor “em mero difusor das competências esperadas, que serão aferidas e quantificadas diante das metas previstas em lei” (COLEMARX, 2014, p. 22-23). Essa expropriação tem a sua máxima

expressão na feiticização do uso das TIC, que transformam o professor em objeto e a tecnologia em sujeito (Idem).

## **2 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

No Brasil, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi apresentado em abril de 2007, pelo governo de Lula da Silva na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad. O PDE é um plano sistêmico, cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação no país, com foco prioritário na educação básica (BRASIL, 2007).

Apresenta como ações prioritárias a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. Contempla diversos programas, planos e leis que foram criados com o objetivo de formar professores para a educação básica que são: (a) o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, promulgado pelo Decreto Lei nº 6.094/2007; (b) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Decreto Lei nº 6.094/2007); (c) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007e; (d) a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, criada em 2004, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e dos alunos, tendo como público alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos de educação (BRASIL, 2007).

O PDE é uma política que aponta um conjunto de medidas e metas para o país, estabelecidas por decreto. Portanto, é um ato do poder executivo - não uma lei e não substitui o *Plano Nacional de Educação* (PNE) - e está mais ligado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolve ações em diferentes áreas da economia para impulsionar o crescimento econômico do país. Como o PAC previa que cada ministério deveria ter um plano de atuação, o Ministério da Educação (MEC) reuniu um conjunto de ações que já desenvolvia, acrescentou algumas novas e assim nasceu o PDE (SAVIANI, 2009b).

Esse fato coloca em perspectiva o contexto das políticas de formação de professores inscritos em um modelo de educação determinado pelo Capital, ao incluir no Plano de Desenvolvimento

da Educação (PDE) o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do qual fazem parte o Banco Itaú (como um dos principais líderes e doadores do Movimento Todos Pela Educação), o Grupo Gerdau, Grupo Suzano, Banco Bradesco e Organizações Globo (MARTINS, 2009).

O *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* - instituído pelo Decreto Federal nº 6.094/2007 no governo Lula da Silva - é o eixo estratégico de descentralização do PDE e de execução dos programas e ações através da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) nos estados e municípios. Como se verá adiante, não por coincidência, o mesmo grupo de empresários que fazem parte do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* são os principais sujeitos políticos na elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020).

O PDE assegurou onze programas específicos para formação de professores viabilizados através de cursos a distância, a saber:

- (1) *Pró-Letramento*: um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com as universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos estados e municípios (BRASIL, 2010);
- (2) *Pró-Licenciatura*: O programa que oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou no ensino médio nos sistemas públicos de ensino. O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais. O programa é desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (BRASIL, 2005a);
- (3) *Proinfantil*: curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal. Destina-se aos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipais e estaduais – e da rede privada, sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais – conveniadas ou não, sem a formação específica para o magistério (BRASIL, 2005b);
- (4) *Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio*: tem por objetivo cadastrar instituições de ensino

superior para a realização de cursos de formação continuada de professores em exercício nas redes públicas estaduais de educação. As Secretarias de Educação poderão selecionar os cursos e instituições que melhor atendam às necessidades de seu sistema quanto às ações de melhoria da qualidade do ensino. São cursos de Química, Física, Biologia, Matemática, História, Geografia, Língua Portuguesa e Língua Espanhola (BRASIL, 2009a);

- (5) *Proformação*: programa da Secretaria de Educação a Distância - É um curso em nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, realizado pelo MEC em parceria com os estados e com os municípios. Destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries/anos iniciais, classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos – EJA das redes públicas de ensino do Brasil. Utiliza para sua consecução atividades a distância, orientadas por material impresso e videográfico, atividades presenciais, concentradas nos períodos de férias escolares e nos sábados (encontros quinzenais) e atividades de prática pedagógica nas escolas dos professores cursistas, acompanhadas por tutores e distribuídas por todo o período letivo (BRASIL, 2009b);
- (6) *Prolind*: programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica (BRASIL, 2008);
- (7) *Procampo*: programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nas séries/anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. (BRASIL, 2009c);
- (8) *Prodência*: ação da Capes cuja finalidade é o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorização da carreira docente (BRASIL, 2013);
- (9) *Mídias na Educação*: programa de educação a distância, com estrutura modular, que visa proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso. O público-alvo prioritário são os professores da educação básica (BRASIL, 2009d);
- (10) *Proinfo Integrado*: programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e

Comunicação no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais (BRASIL, 2009e);

- (11) *Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial*: em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil - UAB o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial tem por objetivo formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância (BRASIL, 2007).

Evangelista (2009), citando Delors (1998), afirma que se o professor constitui a mais organizada categoria de funcionários públicos na maioria dos países, torna-se possível entender porque agências internacionais e governos nacionais atuam tão decisivamente na produção de políticas de formação docente. Ainda sobre o PDE (BRASIL, 2007), foram criados:

- a) Cinco programas que envolvem preparo de material e estudo pelo professor: (i) Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas; (ii) Programa e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade; (iii) Projeto Escola que Protege; (iv) TV Escola; (v) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- b) O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (fomenta a iniciação à docência de estudantes das IFES, formação de docentes em nível superior, presencial de licenciatura plena, para Educação Básica pública);
- c) O Programa Universidade para Todos – ProUni: programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Poderá concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura, o professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica que integre o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

- d) Três redes: (i) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (universidades para professores, alunos e gestores de escola, formação de professores) (BRASIL, 2005, 2008); (ii) Rede de Educação para a Diversidade (UAB, qualifica professores da educação básica: diversidade e cidadania, relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores e educação de jovens e adultos, educação do campo, ambiental, integral e integrada. (BRASIL, 2008); (iii) Rede Interativa Virtual de Educação – RIVED (produção, uso pedagógico e oferta de conteúdos multimídia interativos, para a comunidade educacional) (BRASIL, 2007).
- e) Sistema Nacional Universidade Aberta do Brasil – UAB (BRASIL, 2009);
- f) A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR: política nacional de formação articulada à CAPES. O PARFOR, na modalidade presencial é um programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os Estados, Municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES (BRASIL, 2009);
- g) O Prêmio Professores do Brasil: reconhece mérito de professores das redes públicas de ensino, melhoria da qualidade da educação básica, experiências pedagógicas bem-sucedidas, criativas e inovadoras (BRASIL, 2005).
- h) O fundo de desenvolvimento da Educação Básica - Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007: Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2007).
- i) O Banco Internacional de Objetos Educacionais - portal para assessorar o professor, recursos educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas para todos os níveis, modalidades e áreas educacionais (BRASIL, 2009).
- j) Três programas de formação de profissionais da escola: (i) Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública - qualifica gestores das escolas da educação básica pública; (ii) Profucionário: Curso Técnico de Formação para Funcionários da Educação, a distância, nível médio, redes públicas estaduais e municipais de educação básica (BRASIL, 2009); (iii) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: para gestores e educadores, sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2005);

- l) O Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar - GEAR: oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática (BRASIL, 2007).
- m) O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - PRADIME: Uma parceria do Ministério da Educação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), criado com o objetivo de apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O intuito do programa é contribuir para o avanço em relação às metas e aos compromissos do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é oferecer aos dirigentes municipais de educação e às equipes técnicas que atuam na gestão da educação e do sistema municipal um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso a informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão educacional. O PRADIME desenvolve dois tipos principais de atividade: encontros presenciais e curso a distância (BRASIL, 2005).

Saviani (2009b) apresenta uma análise crítica do Plano de Desenvolvimento da Educação. No que se refere educação básica:

ao ser lançado o Plano, foi contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Em 2009, ao completar dois anos de execução, essas ações foram ampliadas para vinte, com o acréscimo de três novos programas de caráter global, além de duas novas ações (Nova Capes e Iniciação à Docência) que, embora situadas diretamente no ensino superior, também se ligam a educação básica (p. 06).

Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Plano de Metas do PDE-IDEB, duas ações dirigidas à questão docente (Piso do Magistério e Formação), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guia das Tecnologias Educacionais”, “Educacenso”, “Mais Educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. Com o acréscimo de três novas ações (“Conteúdos Educacionais”, “Livro do Analfabetismo” e “PDE Escola”), em 2009 (p.06)

Ainda no que se refere à educação básica, a ação *Proinfância* é voltada para a educação infantil. Para o segmento do ensino fundamental foram previstas três ações: (i) *Provinha Brasil* – para avaliar o desempenho na alfabetização e no letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras; (ii) *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)* – tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público; (iii) *Gosto de Ler* – através da Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa, pretende estimular os alunos do ensino fundamental da rede pública a ler mais e a escrever melhor (BRASIL, s/d).

O ensino médio foi contemplado com uma ação – “*Biblioteca na Escola*” – que pretende disponibilizar nas bibliotecas obras literárias e universalizar a distribuição de livros didáticos, para cobrir as sete disciplinas que compõem o currículo do ensino médio (SAVIANI, 2009b).

Saviani (2007) argumenta que os parceiros preferencias que foram definidos no PDE, para a elaboração das políticas educacionais, participaram ativamente da concepção do Plano Nacional de Educação - PNE. Ou seja, como já observei, o mesmo grupo de empresários do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* são os principais sujeitos políticos na elaboração do *Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020)*.

### **3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O EMPRESARIAMENTO NA EDUCAÇÃO: O DOCUMENTO *PÁTRIA EDUCADORA: A QUALIFICAÇÃO DO ENSINO BÁSICO COMO OBRA DE CONSTRUÇÃO NACIONAL***

De forma resumida, uma incursão no primeiro mandato do governo de Dilma Vana Rousseff permite evidenciar aspectos da política educacional no Brasil e as interseções com as políticas de formação de professores, o trabalho docente e as propostas de ensino que valorizam o uso intensivo das TIC na escola. O primeiro mandato do Governo de Dilma Vana Rousseff, iniciado em 1 de janeiro de 2011, reafirmou a continuidade do programa de expansão da educação superior do governo Lula da Silva mediante o anúncio da construção de quatro novas universidades federais e da criação de quarenta e sete novos campi universitários (BRASIL, 2011). Propôs também em um documento treze diretrizes de governo. No que se refere à educação, o documento indica quatro diretrizes: (a) a criação de escolas técnicas nos municípios com mais de 50 mil habitantes e em polos regionais; (b) a construção de 6.000 creches e pré-escolas no país; (c) o investimento de 7% do Produto Interno Bruto em educação (índice de 2007 estava em 5,1%, de acordo com o Ministério da Educação); e, (d) adaptação do modelo do ProUni ao ensino médio, financiando a migração de jovens do ensino público para o ensino privado (BRASIL, 2011).

Em consonância com o programa do governo, foi veiculado no dia 24 de abril de 2015, o documento *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Esse documento criado sob a liderança do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República - Roberto Mangabeira Unger - é um exemplo significativo das discussões que têm sido desenvolvidas na gestão da presidente Dilma Rousseff em torno das políticas educacionais e o empresariamento na educação. Esse programa ainda não foi efetivado devido as severas críticas sofridas.

Apresentado como uma proposta preliminar, o documento *Pátria Educadora* indica as diretrizes de um projeto nacional de qualificação do ensino básico no Brasil. Cabe destacar que a definição das diretrizes deste documento não teve como base o Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se de um documento que

não foi elaborado pelo Ministério da Educação e que reúne ações de responsabilização, meritocracia e privatização que remetem a política dos reformadores empresariais da educação. O conceito de qualidade com base na meritocracia empresarial aparece no documento sob a forma de objetivos a serem alcançados tanto no curso de formação de professores como na atuação dos diretores nas escolas. Entre as propostas do documento estão as premiações das escolas e dos professores e diretores que alcançarem as metas pré-estabelecidas.

A despeito do governo de Dilma Rousseff ser uma continuidade do governo de Lula da Silva, o que representa mais de uma década conduzindo a política educacional, Roberto Mangabeira Unger - autor do documento - afirma que o Brasil apresenta o "piores desempenho nas comparações internacionais" e que os alunos egressos do ensino médio "mal conseguem ler ou escrever texto simplório" (BRASIL, 2015, p. 3).

O documento apresenta como proposta para o alcance do projeto nacional de qualificação do ensino básico, três eixos centrais: (1) seguir a lógica de eficiência empresarial com o estabelecimento de práticas como a fixação de metas de desempenho, a continuidade da avaliação, o uso de incentivos e de métodos de cobrança; (2) mudar a maneira de ensinar e aprender, que segundo Mangabeira, o ensino brasileiro é pautado por enciclopedismo raso e informativo; (3) organizar o sistema nacional de ensino, já que para Mangabeira a educação no Brasil tem sido desorganizada e uniforme no conformismo com a mediocridade (BRASIL, 2015).

Para a "reorientação curricular e para a transformação da maneira de ensinar e de aprender" que saia do "enciclopedismo raro e informativo" e reorganize o sistema nacional de ensino, dentre as propostas deste documento, o texto cita o aproveitamento de novas tecnologias através do uso de videoaulas e de softwares interativos no ensino básico e no ensino médio (BRASIL, 2015, p.06). Também está previsto o fomento à produção destas ferramentas, além de iniciativas para garantir às escolas conectividade e a compra facilitada de produtos e serviços.

Ao mesmo tempo, que é possível perceber no discurso do documento *Pátria Educadora* a valorização do uso intensivo das TIC nas escolas, os mesmos supostos teóricos-metodológicos que embasam o paradigma tecnicista na educação são transpostos no excerto, a seguir:

Nos últimos anos o Brasil viu grande número de experimentos na tentativa de melhorar os resultados do ensino público. Muitos destes experimentos seguiram lógica de eficiência empresarial, valendo-se de práticas como a fixação de metas de desempenho, a continuidade da avaliação, o uso de incentivos e de métodos de cobrança, o acompanhamento e, quando necessário, o afastamento de diretores, a despolitização da escolha de diretores e a individualização do ensino, especialmente para alunos em dificuldade (BRASIL, 2015, p. 05).

**Os elementos básicos do paradigma tecnicista, centrado na valorização de objetivos instrucionais, na aprendizagem como soma de experiências, na adoção de mecanismos de controle e avaliação e no uso intensivo das TIC no processo de ensino e aprendizagem, servem de pano de fundo para a proposta preliminar da SAE.**

Segundo o documento, o governo de Dilma Rousseff pretende fazer uma reforma na educação básica brasileira tendo como prioridade a formação de professores, a criação de escolas experimentais e o uso intensivo das TIC. Um dos objetivos do projeto *Pátria Educadora* é construir um Currículo de Base Nacional Comum para mudar o modelo curricular e pedagógico do ensino básico.

No documento *Pátria Educadora*, Mangabeira não omite a vinculação da educação à lógica do capital ao afirmar: "Temos que aprender com a lógica empresarial" (BRASIL, 2015, p. 05). Também as escolhas lexicais desse documento submetem a educação à lógica do campo econômico ao utilizar ao longo do texto termos como eficiência empresarial, fixação de metas, métodos de cobrança, dentre outros. A ideia central é a reorientação do currículo, da maneira de ensinar e aprender, a qualificação dos professores e diretores e o aproveitamento das tecnologias (BRASIL, 2015). No excerto, a seguir, as proposições acerca do aproveitamento das tecnologias se relacionam com as práticas pedagógicas em todas as etapas do nível básico:

A transformação do ensino pode ser acelerada pelo uso criterioso de tecnologias de dois tipos:

as aulas em vídeos e os softwares interativos. Os primeiros permitem enriquecer e sacudir o ambiente da escola com inspiração vinda de fora. Os segundos acrescentam à inspiração vinda de fora a oportunidade para o aluno avançar por conta própria (BRASIL, 2015, p.19).

**O autor segue sugerindo que “as tecnologias não substituem o professor” (p.19), no entanto, as retóricas empreendidas no documento desqualificam politicamente e profissionalmente o trabalho docente. Segundo o autor as TIC:**

Não representam, porém, tábua de salvamento. Sua eficácia depende de duas ordens de condicionantes: a difusão de atitude experimentalista no ensino e o compromisso com cooperação na maneira de ensinar e de aprender. O experimentalismo estimula-nos a abordar estas tecnologias sem preconceitos salvacionistas ou condenatórios e a ajustar expectativas à luz de experiência (BRASIL, 2015, p.19).

**O documento *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional* se refere aos programas de formação de professores com a criação de Centros de Qualificação Avançada como forma de suplementar a formação nos cursos de licenciatura. Nestes Centros de Qualificação Avançada os professores aprenderiam a desenvolver “as práticas e os protocolos exigidos pelo Currículo Nacional”, além de discutirem as “experiências e inovações do professorado” (BRASIL, 2015, p. 27).**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando focamos uma política analiticamente é preciso considerar os efeitos da política sobre a coletividade e capturar os interesses e os conflitos do processo e dos atos das políticas (BALL, MAINARDES, 2011). Apesar das variações locais e regionais, as políticas educacionais centradas na performatividade e no currículo nacional padronizado são frequentemente elaboradas para contextos que possuem infraestrutura adequada e condições de trabalho apropriadas.

No campo da pesquisa sobre políticas, uma série de abordagens analíticas se referem às questões relacionadas ao processo de formulação das políticas em si, do papel do Estado, dentre outros aspectos. Considerando a perspectiva de análise das políticas educacionais, em particular das políticas de formação de professores, de modo geral, a categoria *competência* e a categoria *qualidade* - que são princípios vinculados à lógica empresarial - aparecem com recorrência para validar o perfil de profissional que se pretende formar. Os significados a estes atribuídos variam de acordo com a argumentação presente no discurso quanto ao controle ideológico que se pretende alcançar. Nos termos de Kuenzer (2003), a competência é um saber fazer de natureza psicofísica, antes derivado da experiência do que de atividades intelectuais que articulem conhecimento científico e formas de fazer. Essencialmente, a retórica da competência está orientada para adequar o sujeito as exigências do mercado de trabalho e a uma educação que privilegie a lógica da instrução e da transmissão da informação.

A retórica da competência submete a educação à lógica do campo econômico através dos mecanismos de responsabilização, meritocracia e gerencialismo e nesse contexto, de modo reconfigurado, o tecnicismo (ou neotecnicismo) ressurgiu materializado na busca pela qualidade total e na tendência a considerar os profissionais da educação como prestadores de serviço (SAVIANI, 2007).

Desse modo, a conclusão deste estudo aponta para a constituição de dois eixos centrais: (1) O reducionismo tecnicista - em que a política de formação de professores parte da dimensão acadêmica para a dimensão experimental/instrumental/pragmática e coloca a ênfase nas competências e habilidades dos professores e alunos para atingirem as metas e os resultados pré-estabelecidos; (2) A sofisticação tecnológica - a configuração do neotecnicismo centrado nos modos de incorporação educacional das TIC. Em outras palavras, a configuração da hegemonia das TIC no primado da dimensão técnica.

No limite, o reducionismo tecnicista aliado à sofisticação tecnológica nas atuais políticas educacionais - bem como os modos pelos quais as tecnologias têm sido incorporadas aos processos pedagógicos - tem reduzido o ensino à formulação de objetivos educacionais.

## **EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: THE JOINT BETWEEN THE TECHNOLOGIES, THE TECHNICALITY AND THE PEDAGOGY OF RESULTS**

### **ABSTRACT**

The main issues addressed in the text deals with educational policies in Brazil, especially teacher training policies on the one hand are based on a technical vision, based on the concepts of quality in education, skills and abilities, and on the other, centered teaching proposals that value the intensive use of technology in school. The goal is to characterize the discourses present in educational policies that favor the intensive use of ICT and how these policies refer to the technician paradigm seventies. Methodologically, the literature was used. The conclusion is that official proposals for teacher training start from the academic dimension to the pragmatic dimension, putting the emphasis on the skills and abilities of teachers and students to achieve the goals and predetermined results. Furthermore, the intensive use of technology in education sets its hegemony on the primacy of technical dimension.

**Keywords:** Education Policy. Technology. Technicality.

### **REFERÊNCIAS**

BALL, S. J. MAINARDES, J. Políticas Educacionais: Questões e Dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETO, Raquel Goulart, LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira, NOGUEIRA, Elizabeth Saramela. Formação baseada em competências e tecnologias da informação e comunicação: o paradigma (neo) tecnicista. In: Colóquio sobre questões curriculares; Colóquio Luso-Brasileiro sobre questões curriculares – currículo: Pensar, Inventar, Diferir. Rio de Janeiro: UERJ, p. 1670-1679, 2004.

BRASIL, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Coordenação Geral de Política de Formação. Brasília, março de 2005.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Ano, nº 248, de 23/12/1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Diário Oficial da União, 16/05/2006.

\_\_\_\_\_. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Coordenação Geral de Política de Formação. Brasília, março de 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm)> Acesso em 26 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa de incentivo à formação continuada de professores do ensino médio. Apresentação [website]. 2009a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1360](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1360)> Acesso em 04 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Brasília: Diário Oficial de 11/08/1971.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf)> Acesso em 02 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/expansao/images/apresentacao\\_expansao\\_educacao\\_superior.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/apresentacao_expansao_educacao_superior.pdf)> Acesso em: 29 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE Nº. 24 de 16 de agosto de 2010. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo FNDE. Disponível em: <[file:///C:/Users/Andr%C3%A9a/Downloads/resolu%C3%A7%C3%A3o\\_n24\\_16\\_08\\_2010.pdf](file:///C:/Users/Andr%C3%A9a/Downloads/resolu%C3%A7%C3%A3o_n24_16_08_2010.pdf)> Acesso em 04 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Pró-Licenciatura. Programa de formação inicial para professores em exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Propostas conceituais e metodológicas. Anexo II. Brasília, DF: MEC, 2005a. Disponível em: <[http://lce.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12349:prolicenciatura-apresentacao&catid=303:prolicenciatura&Itemid=708](http://lce.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12349:prolicenciatura-apresentacao&catid=303:prolicenciatura&Itemid=708)> Acesso em 04 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Proinfantil. Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil. Guia geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005b (Coleção Proinfantil). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educonf/guiageral.pdf>> Acesso em 04 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Proformação: Programa de formação de professores em exercício. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de

educação a Distância, 2009b. Disponível em: <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/apresentacao.asp>> Acesso em 04 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND. Edital de convocação nº 3, de 24 de junho de 2008. Brasília: D.O.U, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PROLIND/edital\\_prolind\\_2008pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PROLIND/edital_prolind_2008pdf)>. Acesso em 04 dez.. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Edital de convocação nº 09, de 29 de abril de 2009. Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo. Brasília: Ministério da Educação, 2009c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital\\_procampo\\_20092.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf)> Acesso em 04 dez.. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Regulamento do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência). Portaria nº 40, de 3 de abril de 2013. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria40-3abr13-RegulamentoProdocencia.pdf>> Acesso em 04 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa Mídia e Educação. Apresentação. [Website] 2009d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12333:midias-na-educacao&catid=298:midias-na-educacao&Itemid=681](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12333:midias-na-educacao&catid=298:midias-na-educacao&Itemid=681)>. Acesso em 04 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional - Proinfo Integrado. Apresentação. 2009e. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12333:midias-na-educacao&catid=298:midias-na-educacao&Itemid=681](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12333:midias-na-educacao&catid=298:midias-na-educacao&Itemid=681)> Acesso em 04 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Edital nº. 02 de 26 de abril de 2007. Programa de formação continuada de professores na Educação Especial. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007\\_formacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_formacao.pdf)> Acesso em 04 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Plano de metas compromisso Todos pela Educação. Rede Interativa Virtual de Educação – RIVED. Brasília, DF, junho de 2007. Disponível em: <<http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/BrazilGuiadosProgramasdoMEC.pdf>> Acesso em 05 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2007e. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/decreto6253\\_13112007.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/decreto6253_13112007.pdf)>. Acesso 05 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica. Orientações Gerais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/catalogo2008azul.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Treze diretrizes do governo da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/diretrizes-de-governo>> Acesso em 08 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, s/d. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>> Acesso em 11 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2015.

COLEMARX. Plano Nacional de Educação 2011-2012: notas críticas. Encontro Nacional de Educação, 25 e 26 de julho de 2014. Rio de Janeiro.

DAVIES, Nicholas. Fragilidades e desafios do financiamento em planos de educação. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 2, p. 190-200, maio-ago. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SOARES, M.B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola básica (Anais da 6. CBE). Campinas: Papirus, 1992.

\_\_\_\_\_. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. Os reformadores empresariais da educação: Da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

HOUSTON, R.W. (Org.). Exploring competency based education. California: McCutchan, 1974.

KUENZER, A. Z., MACHADO, L. R. S. A pedagogia tecnicista. In: MELLO, G. N. (org.). Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo: Loyola, 1982, p. 29-52.

\_\_\_\_\_. As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações. Educar. Curitiba: Especial Editora UFPR, p. 43-69, 2003.

LACÉ, Andréia Mello. A Universidade Aberta do Brasil (UAB): das origens na ditadura militar ao século XXI. Tese [Doutorado em Educação]. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARTINS, A. S. A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ. vol.14. no.40. Rio de Janeiro. Jan./Apr. 2009a.

\_\_\_\_\_. PDE. Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009b.

**Aprovado em dezembro de 2015**  
**Publicado em abril de 2016**